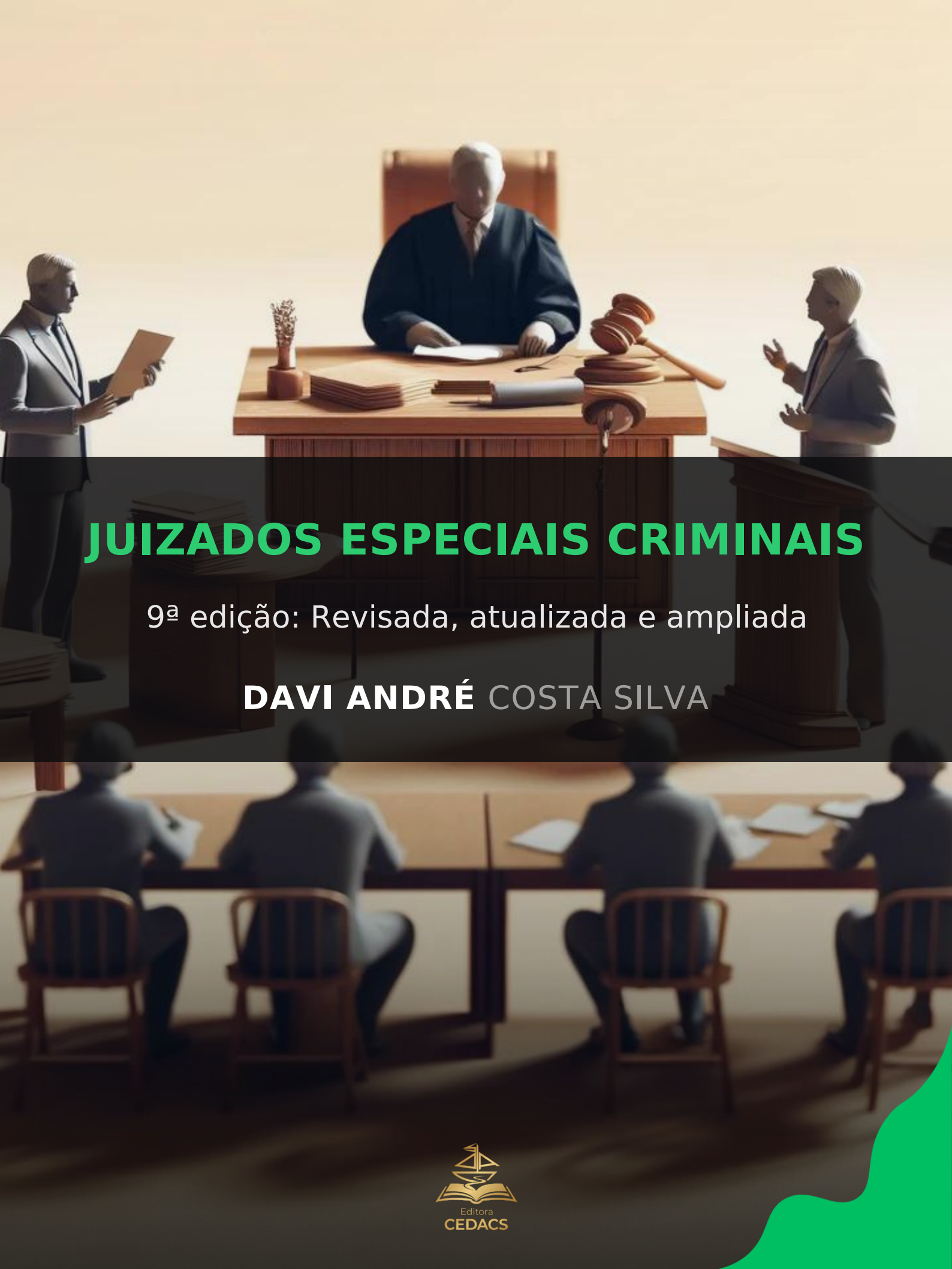




# JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

9ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

**DAVI ANDRÉ** COSTA SILVA

# Juizados Especiais Criminais

9ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

---

## SUMÁRIO

### Capítulo I - Disposições Gerais

1. Evolução legislativa
2. Previsão constitucional dos Juizados Especiais
3. Segunda velocidade
4. Critérios (princípios) informadores do JECrim
5. Objetivos do JECrim

### Capítulo II - Juizados Especiais Cíveis

### Capítulo III - Juizados Especiais Criminais

#### Seção I - Disposições Gerais

1. Esclarecimento inicial
4. Da [in]compatibilidade com as penalidades do Código de Trânsito

#### Seção II - Da Competência e dos Atos Processuais

##### Subseção I - Critério territorial

1. Regra específica
2. Distinção da regra geral
3. Tentativa de identificação de teoria

##### Subseção II - Competência do Juizado Especial Federal Criminal

1. Esclarecimento inicial
2. Competência do JEF

##### Subseção III - Causas de exclusão “ab initio” da competência do JECrim

1. Autor do fato com foro por prerrogativa de função
2. Conexão e continência
3. Crimes militares
4. Crimes com violência doméstica e familiar contra a mulher
6. Crimes praticados com violência contra a pessoa idosa
7. Crimes eleitorais

##### Subseção IV - Causas de modificação da competência do JECrim

1. Citação por edital
2. Complexidade do fato

##### Subseção V - Atos processuais

1. Princípio da publicidade
2. Horário de funcionamento do JECrim

3. Nulidades
4. Citação
5. Intimação
6. Indispensabilidade de defesa técnica

### Seção III - Da Fase Preliminar

#### Subseção I - Atuação policial

1. Conceito de termo circunstanciado (TC)
2. Atribuição para a lavratura do termo circunstanciado
3. Autor do fato
4. Possibilidades em caso de estado flagrancial
5. Violência doméstica
6. Arquivamento do termo circunstanciado

#### Subseção II - Audiência preliminar

1. Impossibilidade de realização imediata da audiência preliminar
2. Frustração da audiência pela ausência dos envolvidos
3. Realização da audiência preliminar
4. Condução da conciliação

#### Subseção III - Medidas Descarcerizadoras

##### Tópico 1 - Composição civil

1. Conceito
2. Extensão do acordo
3. Condução e homologação
4. Natureza jurídica e execução
5. Consequências jurídicas do acordo homologado
6. Prescrição e decadência
7. Período depurador (carência)
8. Vários autores da IMPO
9. Desinteresse da vítima
10. Recurso
11. Tentativa fracassada de composição civil e a representação

##### Tópico 2 - Transação penal

1. Fundamento constitucional
2. Conceito
3. Cabimento e legitimados
4. Preferência da transação penal
5. Extensão da proposta
6. Pressupostos (requisitos) legais

- 6.1 Infração de menor potencial ofensivo
- 6.2 Não ser caso de arquivamento do termo circunstanciado
- 6.6 Transação penal nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo
- 7. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal
  - 7.1 Proposta
  - 7.2 Recusa injustificada de oferecimento da transação penal
  - 7.3 Forma
  - 7.4 Momento
  - 7.5 Aceitação
  - 7.6 Homologação
  - 7.7 Redução da pena de multa
  - 7.8 Efeitos
  - 7.9 Recusa do benefício
- 8. Princípios orientadores específicos
- 9. Natureza jurídica da sentença
- 10. Descumprimento injustificado da transação
- 11. Recurso
- 12. A questão da mitigação do princípio da obrigatoriedade

### Tópico 3 - Suspensão condicional do processo

- 1. Outras denominações
- 2. Conceito
- 3. Pressupostos (requisitos) legais cumulativos
  - 3.1 Patamar da pena
  - 3.4 Descumprimento do acordo de não persecução penal
- 4. Procedimento da suspensão condicional do processo
  - 4.1 Iniciativa da proposta
  - 4.2 Oferecimento e a aceitação da proposta
  - 4.3 Prazo de suspensão
  - 4.4 Condições para o benefício
  - 4.5 Causas de revogação obrigatória
  - 4.6 Causas de revogação facultativa
  - 4.7 Consequência jurídica do cumprimento das condições
  - 4.8 Prescrição
  - 4.9 Recusa da proposta
  - 4.10 Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão
- 5. Suspensão condicional do processo nos crimes ambientais
- 6. Natureza jurídica

## Seção IV - Do Procedimento Sumaríssimo

### Subseção I - Disposições preliminares

1. Justiça comum
2. Dispensa de exame de corpo de delito
3. Complexidade do fato

### Subseção II - Chamamento do acusado e defesa preliminar

### Subseção III - Da Audiência de Instrução e Julgamento

1. Nova possibilidade de acordo
2. Condução coercitiva
3. Sistemática da audiência

### Subseção IV - Sistema Recursal do JECrim

#### Tópico 1 - Disposições preliminares

1. Competência recursal
2. Conflito de competência entre JECrim e juízo comum

#### Tópico 2 - Recursos previstos na Lei 9.099/1995

##### Apelação

1. Hipóteses de cabimento
2. Prazo e forma
3. Exercício de contraditório e ampla defesa
4. Transcrição de gravação
5. Intimação das partes
6. Súmula de julgamento

##### Embargos de declaração

1. Disciplina legal
2. Erros materiais

#### Tópico 3 - [In]admissibilidade de outros recursos

##### Recurso em Sentido Estrito

##### Recurso Extraordinário

##### Recurso Especial

#### Tópico 4 - Ações autônomas de impugnação

##### Habeas-córpus

1. Fundamento constitucional
2. Competência

##### Mandado de segurança

1. Fundamento constitucional
2. Competência

##### Revisão criminal

Seção V - Da Execução

Seção VI - Das Despesas Processuais

Seção VII - Disposições finais

Subseção I - Ação penal

1. Alteração da natureza da ação penal
2. A questão da natureza da ação penal na contravenção de vias de fato

Subseção II - Aplicação subsidiária do CP e CPP

## **Capítulo IV - Disposições Finais Comuns**

## **Capítulo V - Enunciados do Fonaje**

Seção I - Disposições gerais

1. Criação e finalidade
2. Objetivos

Seção II - Enunciados criminais